

## **MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS E A LUTA PELA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

Rayssa Andrade Carvalho  
Discente do Curso de História – UFPB  
Profa Solange Pereira Rocha  
Orientadora – DH/PPGH/NEABI/UFPB

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, constituído na década de 1980, na luta pela afirmação dos Direitos Humanos no país. Entretanto, focaremos as ações e debates da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba.

Assim, nos embasamos teoricamente na História Social, uma nova perspectiva teórica e metodológica, que surge na década de 1920, na França, e que trouxe inovações ao saber histórico, possibilitando a incorporação de novas temáticas e sujeitos antes invisibilizados, e também propondo uma problematização da História. Também nos aportamos na História Cultural, uma perspectiva teórica que ganhou espaço no campo historiográfico, nas últimas décadas, e contribuiu ainda mais para a incorporação de novas abordagens e metodologias na História, assim, outros temas foram surgindo, como exemplo o cotidiano passa a ser tratado por historiadores/as em várias temáticas (BARROS, 2004). Assim, pensamos uma interface da História Social com a História Cultural, nos utilizando das reflexões de Thompson, e também com outras disciplinas, caracterizando uma interdisciplinaridade que é presente na História Social.

Neste sentido, utilizamos o conceito de Gênero como categoria de análise que discute as diferenças entre homens e mulheres como construídas socialmente, a atribuição dos papéis sociais, possibilitando o entendimento das relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1990), articulando a outras categorias como raça e classe, para assim, compreendermos as relações sociais/raciais nas quais estão inseridas as mulheres negras brasileiras.

Assim, faremos um panorama da trajetória do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, destacando o conceito do Feminismo Negro que surgiu, na década de 1970, a partir das reflexões de feministas negras dos Estados Unidos e Europa, chegando ao

Brasil mais tardiamente. Portanto, o Feminismo Negro propôs um novo olhar sobre as experiências das mulheres, que ressaltasse as diferenças entre estas em contraponto a uma homogeneização que invisibilizava as condições específicas das mulheres quando se articulava a raça, etnia, classe, orientação sexual, e outras categorias (BAIRROS, 1995, p. 462). Principalmente, ressaltamos que no caso das mulheres negras a intersecção entre raça, gênero e classe é crucial para se compreender as demandas específicas dessas mulheres, nas áreas da saúde, educação, do trabalho, e deste modo superar as desigualdades sociais/raciais que atingem as mulheres negras, que impossibilitam a ascensão social dessas mulheres na sociedade brasileira.

Desta forma, em seguida, destacaremos a atuação da Bamidelê, organização feminista negra na Paraíba, fundada em 2001, que tem como missão norteadora de seus objetivos o combate ao racismo e sexismo, pois estes articulados colocam as mulheres e jovens negras paraibanas em situação de maior vulnerabilidade social em relação aos outros grupos sociais. Neste sentido, a Bamidelê – OMN/PB desenvolve seus trabalhos no sentido de empoderar esses sujeitos, para que assim possam agir de forma protagonista exigindo do poder público a ampliação e garantia do acesso a direitos conquistados.

A narrativa será desenvolvida com a utilização de fontes bibliográficas (artigos e livros), de vários/as autores/as, como Carneiro (2003), Ribeiro (1998, 2004, 2006), Roland (2000), Moreira (2011), que tratam das questões colocadas pelo presente tema.

No que se refere à base documental, contaremos com a análise dos relatórios de atividades da Bamidelê – OMN/PB, principalmente dos anos de 2001 a 2005, e materiais de divulgação produzidos pela organização em análise, além disso usaremos informações obtidas em pesquisas nos portais eletrônicos das organizações de mulheres negras no Brasil.

## **FEMINISMO NEGRO E O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL**

No fim da década de 1970, inicia-se, através de feministas negras estadunidenses, a elaboração de novas perspectivas feministas, introduzindo a questão da diferença na teoria feminista. Pois, o feminismo, que ressurgiu na década de 1970,

afirmava uma identidade feminina homogênea, assim, não conseguia-se identificar e visibilizar demandas específicas de mulheres que sofriam com a intersecção de diversas condições como, gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual.

A autora Luiza Bairros (1995), tratando das mudanças nos conceitos fundamentais feministas, destaca a teoria do *ponto de vista feminista*, “segundo essa teoria, a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos.” (p. 461). Desta forma, a teoria do *ponto de vista feminista* abriu os olhares para as múltiplas experiências e identidades das mulheres, sendo assim, o feminismo tradicional, que colocava a opressão de gênero como o que fator opressor prioritário para as mulheres, não estava conseguindo abarcar as diferenças entre estas.

Neste sentido, surgiu o Feminismo Negro, nos Estados Unidos, Canadá e Europa, na década de 1970, como uma das expressões da teoria do ponto de vista. Porém, repercutiu tardiamente no Brasil, feministas negras, como Lélia Gonzalez, começaram, em fins da década de 1970, a discutir sobre a mulher negra, questões referentes ao mercado de trabalho, a educação, a saúde (VIANA, 2011, p. 272).

Assim, com a formulação do Feminismo Negro, organizou-se, na década de 1980, o Movimento de Mulheres Negras no Brasil, por mulheres negras que já estavam inseridas em organizações de movimentos sociais, principalmente, do Movimento Negro e do Movimento Feminista.

De tal forma, como suas demandas não estavam sendo atendidas, e foram colocadas como secundárias, dentro dos movimentos nos quais essas mulheres negras estavam inseridas, estas buscaram sua autonomia política. Desta forma, constituiu-se um novo sujeito político no país, que passou a trabalhar, no sentido de acabarem com as desigualdades sociais/raciais, combatendo o sexismo e o racismo, presentes na sociedade, que oprimem as mulheres negras.

Sueli Carneiro (2002) tratando sobre o Feminismo Negro e o Movimento de Mulheres Negras, ressalta que “esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto a tradição de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma a nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher e negra” (p. 182).

Nesse contexto, das diversas organizações de mulheres negras (Ongs, coletivos, grupos) que surgiram, desde fins da década de 1970, citamos o Aqualtune, criado em 1978, no Rio de Janeiro, grupo ligado ao Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) e, no início da década de 1980, o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, também do Rio de Janeiro, criado em 1983. Destarte, a partir da década de 1980, organizaram-se vários grupos, em todas as regiões do país, e até período recente ainda continuam a formar-se organizações de mulheres negras no Brasil (ROLAND, 2000).

Nesta perspectiva, o trabalho feito por esses grupos são desenvolvidos em diversos eixos, entre os principais estão: Saúde, educação, identidade racial, sexualidade, comunicação, bem-estar, violência, formação (ROLAND, 2000), todos norteados pela efetivação dos direitos humanos, principalmente, para as mulheres negras.

Neste sentido, antes de focarmos nas ações políticas da Bamidelê- Organização de Mulheres Negras na Paraíba e sua luta pela afirmação dos direitos humanos, especificamente no estado da Paraíba, local onde atua, iremos pontuar alguns marcos da luta pelos direitos humanos no Brasil.

## **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

O autor Dalmo Dallari (2004) traz um breve histórico dos direitos humanos e destaca como a temática começou a ser abordada no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, pontuando a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, além disso, de outros acontecimentos como o movimento, das Ligas Camponesas, da Teologia da Libertação e ainda as ideias de Paulo Freire, teórico da educação, sobre a Pedagogia da Libertação (DALLARI, 2004, p. 22-23). Neste sentido, Dallari ressalta que essas formas organizativas, principalmente, os movimentos sociais que surgem, a partir da década de 1950, mostraram “a relevância da ação conjunta, da livre associação e da organização social” (DALLARI, 2004, p. 23).

Entretanto, com o golpe (1964) e a ditadura militar (1964-1985), as ações, no que diz respeito aos direitos humanos, que estavam sendo empreendidas por esses grupos, vão ser interrompidas e a temática vai ser tratada de forma negativa pelas camadas sociais privilegiadas a quem não interessava a efetivação dos direitos humanos,

que colocaria fim as desigualdades que os mantinham no poder, colocando para o senso comum que “defender direitos humanos é defender criminosos” (DALLARI, 2004, p. 24), uma concepção que permanece na contemporaneidade.

Assim, tornasse crucial entender o que são os direitos humanos ou os direitos fundamentais da pessoa humana. Dallari (2004) no decorrer da explicitação que faz, de forma sucinta, sobre a trajetória histórica dos direitos humanos, cita e analisa os diversos direitos que passam a compor, em diferentes historicidades, o que concebe-se atualmente como os direitos fundamentais da pessoa humana. Desta forma, destaca o direito a liberdade, a igualdade, a cidadania, a democracia (DALLARI, 2004).

Nesta perspectiva, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, e com a elaboração da já referida Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmaram-se além dos direitos individuais os direitos sociais, como Dallari destaca

percebia-se, dessa forma, que há direitos relativos a organização social dos quais o individuo impreterivelmente necessita, para que, na convivência, ele seja efetivamente livre e igual aos demais (DALLARI, 2004, p. 37)

Além dos direitos a liberdade, a igualdade, a cidadania, foi acrescido o direito a dignidade, como essencial aos seres humanos. Portanto, em 1966, a ONU promulgou dois tratados os chamados Pactos de Direitos Humanos, que foram o Pacto de Direitos Civis e Políticos, que compreende o direito a vida, a integridade física e psíquica, a intimidade, a liberdade de expressão, os direitos eleitorais e de participação política, e o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que compreende os direitos a educação, a saúde e ao trabalho, ambos os pactos são interdependentes, pois, precisam ser igualmente efetivados (DALLARI, 2004, p. 38).

Desta forma, a efetivação dos direitos humanos só poderá ser realizada, de maneira cabal, quando os governos democráticos garantirem, de forma concreta, o acesso igualitário de todas as pessoas aos seus direitos fundamentais e ao exercício pleno da cidadania. Sendo o direito a cidadania “o efetivo exercício da liberdade, a possibilidade concreta, não apenas teórica ou legal, de participação na vida social com poder de influência e de decisão.” (DALLARI, 2004, p.41).

Neste contexto, de luta pela efetivação dos direitos humanos no Brasil, as atuações dos movimentos sociais, como ressaltado por Dallari (2004), foram e são

cruciais. Assim, o Movimento de Mulheres Negras vem agindo, no sentido de empoderar esses sujeitos, para que, desta forma, possam exigir do estado o atendimento de suas demandas, a ampliação e, principalmente, o acesso a direitos já conquistados.

A respeito das condições de desigualdades sociais/raciais que atingem as mulheres negras no Brasil, Matilde Ribeiro (2004) destaca alguns números referentes, as área do trabalho, no que se refere a ocupação, da educação, sobre a escolaridade, e também as questões da renda e da chefia de famílias. Nesta perspectiva, Ribeiro (2004) afirma que, no mercado de trabalho, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2000, as mulheres negras estão em sua maioria nas ocupações subalternizadas, como o serviço doméstico, no qual compõem 71% do total de 4,6 milhões das mulheres que trabalham na área.

Também, nas análises as mulheres negras aparecem como mantedoras e provedoras de suas famílias, numa porcentagem maior que brancas. No texto, as diferenças aparecem também no nível de escolaridade apresentada na pesquisa. As mulheres negras têm menor escolaridade em relação às brancas, sendo também menor a renda das primeiras. As menores porcentagens de mulheres brancas são verificadas nas famílias que recebem até dois salários mínimos, e acima de dois a cinco salários mínimos, enquanto, nas famílias que recebem de cinco a 20 salários mínimos, a porcentagem de mulheres negras é bem menor.

Ribeiro (2004) também destaca que na pesquisa, sobre a identificação racial “ficou evidente o mito ou o terror de se pensar a cor como indicativo de diferença racial.” (RIBEIRO, 2004, p. 94), segundo a autora “não chegava a ser um silêncio total, mas, de certa forma, era uma questão de difícil abordagem.” (RIBEIRO, 2004, p. 94).

Diante desses resultados, da pesquisa de Ribeiro (2004), podemos observar, que a interseção das categorias de gênero e raça nos mostra, que as mulheres negras possuem demandas específicas, assim, buscam ter seus direitos atendidos, para por fim as desigualdades que as colocam em situação de inferioridade frente a homens negros e mulheres e homens brancos.

## **AÇÕES POLÍTICAS DA BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA LUTA PELA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA PARAÍBA**

Em primeiro lugar, destacamos que a Bamidelê, uma organização de feministas negras na Paraíba, trabalha, a mais de uma década, com o objetivo de empoderar mulheres e jovens negras paraibanas, para que estas atuem, de forma autônoma, na efetivação dos seus direitos, principalmente, os direitos fundamentais que são negligenciados, pelo poder público, a esses sujeitos. Portanto, a organização trabalhou sob a perspectiva de capacitar, formar e informar mulheres e jovens negras sobre “questões relativas à saúde e direitos reprodutivos, identidade étnico-racial, auto-estima e direitos humanos, temas fundamentais para a luta contra o racismo e o sexismo” (Bamidelê-OMN/PB, 2003).

A Bamidelê é um grupo de feministas negras, e constituiu-se como organização não governamental (ONG), formado em 1998, por mulheres que começaram a reunir-se, no Mosteiro de São Bento, estas tinham o objetivo de conscientizar, mulheres das zonas rural e urbana, sobre a discriminação racial e trabalhar com jovens negras, através de artes, visando trazer os valores da cultura e criar um trabalho de educação com crianças e adolescentes. Em 2001, o trabalho foi institucionalizado, por três das mulheres que iniciaram o trabalho com o Grupo de Mulheres Negras na Paraíba.

Com a formalização da Bamidelê – OMN, em 2001, a organização firmou uma identidade própria, e iniciou um trabalho com mulheres e jovens negras, dos meios rural e urbano, nas cidades de Santa Rita, nos bairros de Marcos Moura e Tibiri II, de Alagoa Grande, na comunidade de Caiana dos crioulos um remanescente de quilombo, e de João Pessoa, em diversas localidades. Deste modo, analisamos dois projetos que foram desenvolvidos pela organização, entre os anos de 2001 a 2005, os quais são *Redes de Solidariedade: saúde reprodutiva, gênero, etnia e cidadania na Paraíba*, vigente de 2001 a 2003, e o projeto *Mulher Negra, Saúde Reprodutiva e Direitos Sexuais: construindo caminhos para a felicidade de viver*, que vigorou de 2004 a 2006.

Ademais, iremos expor, de forma sucinta, algumas ações políticas da organização, dentro dos principais eixos de trabalho – saúde, educação e identidade racial – que objetivaram visibilizar as demandas das mulheres negras no estado da Paraíba, especialmente o combate ao racismo e sexismo. Assim, essas atuações políticas

efetivaram-se por meio de ações educativas, oficinas, seminários, fóruns, mobilizações, participação em órgãos de controle social, além de outros eventos, nos quais tornava-se importante a presença da Bamidelê – OMN/PB.

No caso das oficinas, a organização desenvolveu os trabalhos, em Santa Rita, no bairro de Marcos Moura e em Alagoa Grande, em caiana dos Crioulos, cerca de 55 mulheres participavam das atividades, que eram realizadas de forma sistemática nas localidades, estas foram iniciadas com o projeto “Redes de Solidariedade” e deu-se continuidade com o projeto “Mulher negra, saúde reprodutiva e direitos sexuais”. Nessas atividades eram tratadas temáticas referentes à saúde e direitos reprodutivos, sexualidade, direitos sexuais, violência contra a mulher, direito a saúde, no que se refere ao atendimento médico, gênero, além de temas como, massagem, plantas medicinais, aposentadoria da mulher rural e do parto humanizado.

Analisando os temas trabalhados dentro das oficinas, percebemos que todos são norteados pela questão da efetivação dos direitos humanos. Sobre os resultados expressos nos relatórios, destacamos que, vários são os pontos positivos ressaltados como avanços obtidos, principalmente, a busca pelo acesso a seus direitos a saúde, quando relatam o aumento na procura, no posto de saúde da comunidade, por métodos anticoncepcionais. Também, ressaltamos as conquistas, no que diz respeito à construção e afirmação da identidade negra por esses sujeitos, principalmente, por meio do trabalho na elevação da auto-estima, o relatório da Bamidelê (2003) destaca que

Além do fortalecimento da auto-estima das participantes pode-se perceber com muita nitidez o reflexo do reconhecimento de seus direitos, especialmente na relação com seus parceiros. O estímulo recebido por lideranças locais – para atuar junto ao próprio grupo e, ao mesmo tempo, se articular com outros grupos – se reflete nas apresentações públicas e no olhar dessas mulheres que agora já podem se direcionar para outras mulheres e para os serviços onde buscam atendimento. (BAMIDELÊ – OMN/PB, 2003)

Dentre os eventos (encontros, seminários, fóruns) realizados pela organização feminista negra, na Paraíba, destacamos o *I Seminário Políticas Afirmativas para Afrodescendentes*, realizado no ano de 2002, em parceria com o Instituto de Referência Étnica (IRÊ) e com o Movimento Negro da Paraíba, que objetivou discutir a implementação políticas públicas, referentes às ações afirmativas, no ensino superior, direcionadas a população negra, especialmente as mulheres negras, este evento marcou o início das



discussões sobre a políticas de cotas raciais, sendo realizado no espaço da Universidade Federal da Paraíba.

No ano de 2003, foram realizados o *I Encontro dos Grupos de Mulheres Negras* e o *I Encontro de Grupos de Jovens de Marcos Moura e Tibiri*, atividades de formação que abordaram os temas da saúde reprodutiva, identidade racial e sexualidade, no sentido de aprofundar o trabalho que já estava sendo desenvolvido nas oficinas. No ano de 2005, foi realizado o *I Fórum de Políticas Públicas de Saúde do município de Santa Rita*, com o intuito de enraizar o debate sobre a saúde da população e propor políticas públicas, na área da saúde, principalmente para mulheres negras.

Desta forma, as ações que destacamos nos mostra, de forma panorâmica, o trabalho desenvolvido pela Bamidelê – OMN/PB, entre os anos de 2001 a 2005, que constituíram-se atuações políticas norteadas pela efetivação dos direitos humanos no país. Destarte, o Movimento de Mulheres Negras, seus debates e suas ações, estão diretamente relacionados à luta na afirmação dos Direitos Humanos no Brasil, pois, a atuação dos grupos de mulheres e de mulheres negras que atuam no país, tem o objetivo de atuar na concretização do atendimento aos direitos fundamentais, das mulheres negras, que só é possível com o empoderamento desses sujeitos e, assim, transformar a sociedade brasileira buscando a equidade racial e de gênero, para que as mulheres negras exerçam sua cidadania de forma plena.

## REFERÊNCIAS

### FONTES DOCUMENTAIS

BAMIDELÊ – GRUPO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA. Projeto REDES DE SOLIDARIEDADE: Saúde reprodutiva, gênero, etnia e cidadania na Paraíba. **Relatório Narrativo, abril a dezembro de 2002**. João Pessoa, digitado, 2003. 39 p.

BAMIDELÊ – GRUPO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA. Projeto Redes de solidariedade: saúde reprodutiva, gênero, etnia e cidadania na Paraíba. **Relatório Narrativo, janeiro a dezembro de 2003**. João Pessoa, digitado, 2003. 28 p.

BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA PARAÍBA. **RELATÓRIO DE ATIVIDADES** do Projeto: Mulher negra, saúde reprodutiva e direitos sexuais: construindo caminhos para a felicidade de viver. João Pessoa, digitado, 2005. 12 p.

BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA PARAÍBA. **RELATÓRIO FINAL: período compreendido entre 2004-06**. PROJETO: Mulher negra, saúde reprodutiva e direitos sexuais: construindo caminhos para a felicidade de viver. João Pessoa, digitado, 2006. 48 p.

## **BIBLIOGRAFIA**

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 106-213.

BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (Org.) Dossiê Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.3, n. 2, 1995, p.458-463.

CARNEIRO. Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero (Orgs.), **Democracia e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002, p. 167-193.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 17-42.

RIBEIRO, Matilde. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: Em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 87-105.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-256.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 2 jul/dez,1999, p. 5-22.